

Ano XXIV nº 6370 – 28 de junho de 2021

Aliados do Presidente da República querem mudar leis para criminalizar movimentos sociais e oposição

Sete relatores da ONU enviaram ao governo brasileiro este mês carta confidencial na qual manifestam preocupação com projetos de lei que parlamentares do governo tentam aprovar no Congresso Nacional. A denúncia foi feita na quarta-feira, 23/06 em reportagem de Jamil Chade ao portal UOL.

Em dois projetos de lei (272/2016 e 1595/2019), os parlamentares aliados de Bolsonaro tentam silenciar a oposição, criminalizar movimentos sociais e greves, além de restringir liberdades fundamentais. A proposta do governo e seus aliados é alterar a lei antiterrorista, limitando, de acordo com os relatores da ONU, o direito ao protesto, além de permitir a infiltração de agentes públicos em movimentos e autorizar operações sigilosas. A proposta é ampliar o conceito de terrorismo, de modo a incluir na tipificação mobilizações populares e manifestações de críticas ao governo.

Os projetos também removem a proteção aos atores da sociedade civil e aos defensores dos direitos humanos. “Bolsonaro quer passar a boiada em todo o Brasil, atropelar a democracia, criminalizar os movimentos sociais e acabar com os direitos dos trabalhadores e da população”, criticou a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandira Moreira.

Assinam o documento os relatores, Fionnuala Ní Aoláin (relatoria sobre a proteção de direitos humanos e combate ao terrorismo), Miriam Estrada-Castillo (presidente do Grupo de Trabalho da ONU sobre detenção arbitrária), David R. Boyd (relator sobre direito ao meio ambiente limpo), Irene Khan (relatora sobre liberdade de expressão), Clement Nyaletsossi Voule (relator sobre direito à liberdade de associação), Mary Lawlor (relatora sobre situação de ativistas) e Joseph Cannataci (relator sobre direito à privacidade).

Os relatores alertam que as mudanças propostas pelos bolsonaristas na legislação podem criminalizar manifestações públicas organizadas como protestos e greves. O conceito de terrorismo que consta na proposta é amplo o suficiente para enquadrar qualquer tipo de crítica ou oposição. O alerta dos relatores é de que a mudança que o governo Bolsonaro e seus aliados tentam fazer viola as obrigações internacionais assinadas e assumidas pelo Brasil.

Nova tabela do Imposto de Renda proposta pelo governo

O ministro Paulo Guedes (Economia) entregou à Câmara na sexta-feira, 25/06, a segunda parte da reforma tributária do Governo Jair Bolsonaro. O foco desta vez são as mudanças no Imposto de Renda. A proposta muda a faixa salarial isenta do tributo, que saíria dos atuais R\$ 1.903,98 por mês para R\$ 2.500,00.

O valor, no entanto, é menos da metade do prometido por Bolsonaro na campanha presidencial de 2018. O então candidato havia dito que isentaria quem ganhasse até cinco salários mínimos (hoje, R\$ 5.500,00).

A proposta também corrige a tabela do IR pela primeira vez desde 2015.



Prefeitura de Petrópolis amplia vacinação contra a Covid-19



Começa hoje, 28/06, a vacinação de pessoas a partir dos 50 anos, contra a Covid-19 em Petrópolis. A ampliação da faixa etária foi possível com a confirmação da chegada de novas doses da vacina, são mais de 8 mil doses, enviadas do Governo Federal ao Governo Estadual, que está redistribuindo as remessas aos municípios. O cadastramento deverá ser feito no site da Prefeitura, o www.petropolis.rj.gov.br

Além da vacinação por faixa etária do público em geral, Petrópolis segue aplicando a vacina nos públicos elencados no Plano Nacional de Imunização como prioritários e que, por alguma razão, ainda não tomaram a vacina.